SISTEMA DE AVALIAÇÃO E RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ABORDAGEM NA LINHA DO TEMPO

Adolfo Ignacio Calderón
PUC – Campinas
adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

Rafael Gabriel de Oliveira Junior
PUC – Campinas
rafaellgabriel@hotmail.com

RESUMO:
Esta comunicação se debruça sobre a trajetória histórica do Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). A partir de pesquisa bibliográfica, defende-se a existência de três momentos em seu ascendente percurso enquanto principal política avaliativa em larga escala. O primeiro se refere a sua formação identitária no contexto do pioneirismo das avaliações em larga escala no Brasil. O segundo caracteriza-se pela instabilidade gerencial, com destaque para as trocas no comando tanto na Secretaria de Educação como no Governo paulista. O terceiro caracteriza-se pela estabilidade num contexto de hiperpragmatismo gerencial. Este estudo permite constatar um consenso em âmbito governamental quanto a essa política educacional pautada nos princípios da responsabilização.

Palavras-chave: Saresp, política educacional, avaliação em larga escala.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação que traz como tema o Sistema de avaliação e rendimento escolar do Estado de São Paulo (SARESP), na ótica da linha do tempo, apresenta um estudo sobre esse importante sistema de avaliação em larga escala, abrangendo 15 anos de sua existência, tendo como ponto de partida sua implantação em 1996. Para tanto, a partir de uma análise bibliográfica, investigamos o SARESP e seu

desenvolvimento enquanto ação estatal, isto é, em termos governativos, contextualizando-o com fatos da história recente da conjuntura política e educacional do Estado de São Paulo, principalmente com as questões que dizem respeito à atuação dos governadores, democraticamente eleitos para a condução do governo paulista, e dos Secretários estaduais de educação, responsáveis pela pasta à qual está vinculado o SARESP.

Defende-se a existência de três grandes momentos no processo de implantação dessa política que impactou de forma contundente a realidade das escolas estaduais do Estado de São Paulo, ao institucionalizar no sistema educacional paulista princípios próprios da nova gestão pública e do chamado Estado Avaliador, tais como a meritocracia, classificação e responsabilização.

FORMAÇÃO IDENTITÁRIA NO CONTEXTO DO PIONEIRISMO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

O primeiro grande momento do SARESP ocorreu de 1996 a 2002 e se caracterizou por sua construção identitária, uma vez que esse sistema de avaliação se colocou como política educacional capaz de contribuir para uma nova cultura de avaliação no ensino de São Paulo, em busca de melhoraria da qualidade educacional, no contexto, em ampla ascensão, da avaliação em larga escala no Brasil na década de 90.

Entre os elementos que contribuíram para a construção identitária do SARESP, podemos destacar as ações dentro do que podemos considerar como pré-SARESP; o choque gerado durante sua implantação; as resistências ideológicas por parte da comunidade educacional; desencontros em sua atuação e aprimoramentos.

As movimentações mais importantes envolvendo o percurso que antecedeu a implantação do SARESP ocorreram no início da gestão Mário Covas (1995-1998). As políticas públicas do Estado de São Paulo eram plenamente alinhadas às realizadas em âmbito federal, principalmente porque o Brasil, na década de noventa, passou por uma série de mudanças na administração pública a partir da Reforma do Estado, em busca de recomposição do poder político, de mais eficiência, em termos operacionais.

No ano de 1995, a secretária de educação do Estado de São Paulo era Teresa Roserley Neubauer da Silva, que atuou de forma determinante para um novo delineamento da política educacional paulista, especialmente na área da avaliação.

A nova concepção que se desenhou nesse período contou com um projeto político de revisão e modificação do sistema educacional até então vigente, considerado pelo governo Covas e pela secretária Neubauer, pouco eficiente, caótico e desorganizado. Tal projeto político foi anunciado, segundo Bauer (2006), por meio do documento "Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo", divulgado em 22 de março de 1995. Essas diretrizes objetivaram nortear a gestão educacional para maior equidade, eficiência e eficácia.

Apesar das considerações negativas que tinha sobre a política educacional que antecedeu o governo Covas, Neubauer pode aproveitar alguns resultados de trabalhos referentes à avaliação que antecederam o SARESP. Essas ações, inclusive, podem ser consideradas como precursoras dessa avaliação. Foram os casos da participação da rede pública paulista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, e também do Programa das escolas-padrão, que por sua vez, teve como objetivo atuar nos problemas referentes aos processos de ensino e aprendizagem e também obter informações para a formulação de políticas educacionais. Para esse período, década de noventa, destacamos um momento importante de pioneirismo do Brasil em relação à avaliação em larga escala, com a criação do Saeb.

O SARESP, em de 1996, avaliou alunos matriculados nas 3$^{as.}$ e 7$^{as.}$ séries do Ensino Fundamental de todas as escolas da rede estadual, além das escolas municipais e particulares que aderiram ao processo de avaliação. Por ter ocorrido no início do ano letivo, em 23 de abril de 1996, a prova avaliou os conteúdos trabalhados no ano anterior às respectivas séries das disciplinas de Língua Portuguesa (com Redação) e Matemática para ambas as séries, e Ciências, História e Geografia apenas para as 7$^{as.}$ séries. Maldonado (2008) ressalta que os resultados da primeira avaliação do SARESP "ficaram à disposição dos gestores e dos docentes, para que intervenções imediatas de correção das dificuldades constatadas fossem efetuadas no decorrer do ano letivo." (MALDONADO, 2008, p. 29)

Em 1997, a avaliação seguiu basicamente a estrutura e orientação do ano anterior, com atuação nos mesmos componentes curriculares, alterando apenas as séries avaliadas, que foram as 4$^{as.}$ e 8$^{as.}$ séries do Ensino Fundamental, com possibilidade de análise comparativa dos resultados entre os dois anos.

Em sua terceira aplicação, no ano de 1998, o SARESP avaliou os alunos das 1$^{as.}$ séries do Ensino Médio e 5$^{as.}$ séries do Ensino Fundamental. Os conteúdos, habilidades e competências abordados, bem como os alunos eram os mesmos dos anos anteriores. A novidade para esse ano foi a avaliação de alunos do Ensino Médio.

Relevante destacar que no ano de 1998, observamos o início do sistema de Progressão Continuada com a organização do ensino paulista em ciclos, fato que impactou na avaliação interna da escola, uma vez que esse sistema tem, entre suas propostas, o objetivo de atuar para romper com a seriação e reprovação por rendimento. Nesse cenário, o SARESP e a Progressão Continuada passaram a ditar de forma efetiva as ações, principalmente as avaliativas, do ensino de São Paulo.

Nos três primeiros anos de atuação do SARESP, as resistências e desconfianças foram muitas, principalmente por parte dos professores. Oliveira (1998) ressalta a precariedade na preparação dos professores para entendimento sobre o SARESP, por parte da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo **(**SEE/SP), especialmente sobre os procedimentos para análise e interpretação dos dados, deixando-os desconfortáveis para "vestir a camisa" desse sistema de avaliação.

Outro ponto crítico do SARESP que originou profunda resistência e o tornou alvo de muitas críticas foi a questão da classificação das escolas, que para muitos professores contribuiu para urdir um ambiente de competitividade entre as unidades. Oliveira (1998) lembra que a SEE/SP afirmou publicamente que não seriam feitas comparações entre as unidades escolares, o que, no entanto, não foi cumprido, gerando uma reação contundente: os professores sentiram-se traídos.

No ano de 1999, o SARESP não foi realizado, "pois se tratava de um projeto da gestão Covas e como a reeleição não era algo previsto, a avaliação SARESP também não o fora." (RAHAL, 2010, p. 53)

Dada a importância do projeto, considerando toda a mobilização para sua implantação, em termos de governo, e até a reconfiguração que as políticas públicas ganharam com a Reforma do Estado e as ações da Nova Gestão Pública no contexto do final da década de 90, a não realização do SARESP em 1999 apresentou uma ruptura de gestão bastante significativa na política educacional paulista.

Apesar da não realização em 1999, alguns autores destacam que o SARESP conseguiu disponibilizar, por intermédio de seus indicadores, um *estudo longitudinal*,

avaliando os mesmos alunos em séries subsequentes nos anos de 1996, 1997 e 1998 (RAHAL, 2010; ESPOSITO; DAVIS; NUNES; 2000).

Em 2000, o SARESP manteve, de forma geral, a estrutura dos anos anteriores, introduzindo algumas alterações. Os alunos avaliados representaram as 5$^{as.}$ e 7$^{as.}$ séries do Ensino Fundamental, explorando os componentes curriculares de Língua Portuguesa com redação, Matemática e Ciências, além da 3ª série do Ensino Médio, considerando Língua Portuguesa com redação, Matemática e Biologia. Com a finalidade de aprofundar a análise das variáveis sobre o desempenho dos alunos, conforme Chiste (2009), nesse ano, foi aplicado um questionário de gestão escolar, destinado ao diretor e ao professor-coordenador, mantendo e aperfeiçoando o questionário aplicado aos alunos.

Nesse ano, ainda, Maldonado (2008) ressalta que a SEE começou a aferir a condição que cada escola tinha de manter o aluno frequentando as aulas. A taxa de evasão escolar ganhou grande importância e tornou-se um critério para premiar ou não as escolas. Nessa direção, foi em 2000 "que se instituiu o Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério por meio da Lei Complementar Nº 891, de 28 de dezembro" (RAHAL, 2010, p.52). A instituição do bônus por desempenho, intimamente relacionada à questão da responsabilização, tornou-se ponto de grandes embates na rede estadual pública de São Paulo, juntamente com outros pontos nevrálgicos, igualmente polêmicos: a acusação de falta de preparação dos professores relacionada à análise e compreensão dos indicadores, bem como a questão da classificação das escolas, marcando e configurando de forma determinante o primeiro grande momento do SARESP.

Foi exatamente no ano de 2001 que ocorreu a morte do então governador Mário Covas, em 06 de março, vítima de câncer, assumindo o seu lugar o vice-governador Geraldo Alckmin. Rose Neubauer se manteve como secretária de educação.

O SARESP de 2001 apresentou em sua estrutura mudanças significativas, que ocasionaram grande repercussão. Nesse ano, o resultado da prova foi utilizado para promoção ou não dos alunos em final dos ciclos. As turmas avaliadas foram as de 4$^{as.}$ e 8$^{as.}$ séries do Ensino Fundamental, que corresponderam, respectivamente, aos ciclos I e II do Regime de Progressão Continuada em funcionamento desde 1998. Os alunos do Ensino Médio não foram avaliados em 2001. A avaliação focou um componente

curricular: Língua Portuguesa com redação. A justificativa para considerar apenas um componente curricular na avaliação de 2001, segundo Maldonado (2008), ao analisar documento da SEE, foi a de que Língua Portuguesa era "essencial para o aprendizado de outros conhecimentos, julgando existir uma grande correlação entre ter ou não um bom desempenho no idioma e nas outras disciplinas." (MALDONADO, 2008, p.32). A disciplina de Língua Portuguesa, então, deteve as condições para reprovar ou não o aluno.

O caráter extraordinário desse ano para certificação de alunos (BAUER, 2006) fez com que as escolas, a partir dos resultados, fossem classificadas por cores: azul, verde, amarelo, laranja e vermelha para simbolizar, respectivamente, escolas acima da média geral, escolas pouco acima dessa média, escolas na média geral, escolas pouco abaixo da média; e escolas bem abaixo da média. Essa classificação também foi parâmetro para definição de bônus aos professores e gestores, conforme destaca Ribeiro (2008). Chiste (2009) afirma que, como consequência das classificações por cores, ocorreram premiações às escolas consideradas mais bem classificadas, na forma de viagens e verbas para trabalhos pedagógicos.

A atuação do SARESP em 2001 recebeu críticas severas, principalmente de professores, primeiro por favorecer uma avaliação classificatória e punitiva, depois, por fomentar um ambiente de competição entre as escolas mediante a afixação de cores na porta das unidades escolares para revelar a condição relacionada ao desempenho de alunos e professores. Aliás, essa última situação é considerada por Chiste (2009) como constituinte de medidas vexatórias para as escolas, considerando a luta pela democratização, em harmonia com o momento mundial de repensar as estruturas sociais, bem como a manutenção da dignidade humana como tônica desse modo de vida.

Em nosso entendimento, essa ação em torno do SARESP de 2001 relacionada à questão da Progressão Continuada, como forma de reprovar ou não alunos, contribuiu também, de forma determinante, para os desencontros gerados em torno da ideia de "promoção automática", situação que acompanha a administração paulista até os dias de hoje.

Dessa forma, a partir das informações retiradas dos trabalhos de autores que versam sobre o SARESP, consideramos as ações do ano de 2001 como o ápice entre os desencontros e críticas relacionados ao primeiro grande momento.

Coincidentemente, 2001 foi o último ano integral de trabalho de Rose Neubauer como secretária de educação no governo paulista, já que a pasta foi assumida por Gabriel Benedito Isaac Chalita em abril de 2002. Conforme Rahal (2010), a partir de então, o foco do SARESP retornou à avaliação do ensino, centrando-se novamente na escola, monitorando a aprendizagem dos alunos em decorrência da escolarização, com vistas aos finais dos ciclos. A avaliação ocorreu por meio de prova de leitura e escrita, componente curricular entendido como basilar para compreensão do desempenho global dos alunos e seus respectivos ciclos.

O ano de 2002 pode ser considerado como uma transição para o segundo grande momento do SARESP. Nesse ano foi avaliado um número bem menor de alunos da rede estadual, quando comparado com outras edições. Foram 297.258 alunos das 4$^{as.}$ e 8$^{as.}$ séries, do final dos ciclos I e II do Ensino Fundamental, ficando os alunos do Ensino médio fora das avaliações. Situação bem diferente de 2003, primeiro ano do segundo grande momento, quando o SARESP amplia sua abrangência, avaliando todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, algo em torno de 4.274.404 alunos.

INSTABILIDADE DO SISTEMA NO CONTEXTO DA ALTERNÂNCIA NO COMANDO

O segundo momento, demarcado de 2003 a 2007, tem como característica fundamental a instabilidade na estrutura do SARESP, marcado, principalmente, por muitas trocas no comando da Secretaria de Educação. Passaram por esse período três secretários e três governadores.

Essas trocas de comando, que geraram alguns desencontros, também foram responsáveis pela preparação, com destaque ao ano de 2007, para o início de uma importante transformação do SARESP, que ocorreu no terceiro momento, especialmente a partir de 2008. Apesar do caráter de instabilidade, observamos nesse período algumas ações de aprimoramento do sistema, destacando a manutenção da Progressão Continuada e a implantação de outras políticas importantes, como, por exemplo, o programa “Teia do Saber”.

Em 2003, o governador Gerando Alckmin, em seu segundo mandato, mostrou intenções de aprimorar as políticas educacionais anteriormente estabelecidas. Com o slogan "*governo solidário, empreendedor e educador",* Alckmin, em colaboração com o secretário de educação Gabriel Chalita, estabeleceu diretrizes na direção de consolidar a cultura avaliativa como forma de subsidiar as escolas e as políticas educacionais; de atuar contra a repetência e evasão, com manutenção do Regime de Progressão Continuada e Ciclos; de atuar nas questões de trabalho para alunos do Ensino Médio (NOVAES, 2009). Essas medidas também reafirmaram a condição de gerenciador do governo paulista e fortaleceram a importância do monitoramento das políticas, do princípio de responsabilização, com foco no cidadão, indo ao encontro dos pressupostos da Reforma do Estado e da Nova Gestão Pública.

Chiste (2009) relata que, com a abrangência a todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, o SARESP 2003 avaliou o universo dos alunos por meio de provas de Leitura e Escrita, como nos anos de 2001 e 2002.

Os resultados do SARESP 2003 impactaram e contribuíram como ferramenta indutora da implementação de programas direcionados à formação continuada e atualização de educadores. Foi o caso do programa "Teia do Saber", que abrangeu outros projetos de atuação na Educação Básica, bem como para aproximar a escola da comunidade.

O SARESP 2004 avaliou, segundo Maldonado (2008), novamente apenas habilidades de leitura e escrita. O formato de aplicação e sua diligência não foram alterados.

A avaliação de habilidades na área de Matemática retornou em 2005, além das habilidades em Leitura e Escrita. A opção por avaliar todas as séries da Educação Básica se manteve nesse ano.

O SARESP 2005 ficou marcado por grande controvérsia acerca de seus resultados. Alguns autores relatam sobre o atraso na divulgação desses dados, que ocorreu em 2006, ano em que o SARESP não foi aplicado, em função de uma estratégia política em período eleitoral. A versão dada pela Secretaria de Educação de São Paulo referente aos resultados e interrupção dos referidos anos, conforme Ribeiro (2008), foi a de que não houve tempo para avaliar os resultados de 2005 nem para estruturar o SARESP 2006.

Em março de 2006, Geraldo Alckmin afastou-se para concorrer ao cargo de presidente, sendo substituído por Cláudio Lembo até o final do mandato. Nesse mesmo ano, no mês de março, Gabriel Chalita deixou a Secretaria de Educação, posto que ocupou por aproximadamente quatro anos. Em seu lugar assumiu a professora Maria Lúcia Vasconcelos, que por sua vez, atuou por pouco mais de um ano. José Serra foi eleito no mesmo ano Governador do Estado de São Paulo, assumindo o governo em janeiro de 2007.

Pelo exposto, inferimos que os fatos ocorridos nos anos de 2005, 2006 e 2007 são os pontos fulcrais que representam o ápice da instabilidade em torno do SARESP no segundo grande momento. Num curto período de um ano e quatro meses, março de 2006 a julho de 2007, ocuparam o comando da Secretaria de Educação nada menos que três secretários e três governadores. Outro sinal bastante relevante da existência da referida instabilidade foram as ações do governo paulista no final de 2007, quase em caráter de urgência, por meio do trabalho de Maria Helena Guimarães de Castro, protagonista de ação reconhecida nas questões de avaliação em larga escala. Maria Helena assumiu a pasta em meados de 2007, no lugar de Maria Lúcia Vasconcelos.

Nesse ano, José Serra anunciou, conforme Ribeiro (2008), o alinhamento das ações educacionais em São Paulo às orientações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal. Dessa forma, o SARESP começou a passar por importantes mudanças teóricas e metodológicas, com o objetivo de acomodar-se tecnicamente às características de um sistema de avaliação em larga escala. Houve uma adequação, visando à convergência das habilidades e competências avaliadas no SARESP às competências e habilidades do Saeb/Prova Brasil (SÃO PAULO, 2009). O SARESP também adotou os padrões do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o que possibilitou a comparação do sistema de São Paulo com outros países (URBANIN, 2008).

Em 2007, o SARESP avaliou as habilidades e competências de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos das 1ª., 2 ª., 4 ª., 6 ª. e 8 ª. séries do Ensino Fundamental e 3ª. série do Ensino Médio. O pagamento de bônus foi realizado considerando o rendimento escolar, a permanência do aluno na escola e assiduidade dos professores.

Ainda no ano de 2007, conforme Bonamino e Sousa (2012), Maria Helena

Guimarães Castro e o Governador José Serra anunciaram o *Plano de Metas*, o que evidenciou e confirmou a grande importância dos resultados das avaliações em larga escala, bem como a manutenção e evolução do SARESP na gestão de Serra. Duas dessas metas, segundo as autoras, enfatizaram o papel do SARESP na orientação do planejamento e do trabalho pedagógico nas escolas.

ESTABILIDADE DO SISTEMA NO CONTEXTO DO HIPERPRAGMATISMO GERENCIAL (a partir de 2008)

O terceiro grande momento do SARESP está marcado por um importante processo de reestruturação, tendo no comando Maria Helena Guimarães de Castro. Para esse momento, o Governo do Estado de São Paulo implementou e implantou, no ano de 2008, políticas relacionadas ao SARESP, que não só confirmaram o contínuo processo de aprimoramento desse sistema de avaliação como também sua condição de estabilidade enquanto política avaliativa em larga escala. Destacamos a abrangência de todas as áreas curriculares em suas avaliações, criação de Matrizes de Referência próprias de avaliação, o lançamento do Programa de Qualidade da Escola (PQE) e, junto com ele, a criação do IDESP, aprimorando e valorizando ainda mais a questão dos resultados, bem como as intervenções a partir deles, como forma de medir e melhorar a qualidade educacional.

Essas ações, ancoradas na crescente valorização de resultados, fortaleceu um contexto de hiperpragmatismo gerencial nas políticas educacionais paulistas, consubstanciado especialmente na gestão Serra (2007-2010), gerando um processo de estabilidade mantido na atual gestão Alckmin, até 2012.

A avaliação do SARESP, desde 2008, passou a abranger todas as áreas curriculares, alternando ano a ano a periodicidade de algumas delas. Assim, todos os anos são avaliadas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e de forma alternada por ano, as outras áreas das Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Em 2008, o SARESP avaliou as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia. Foram criadas também matrizes próprias de avaliação, baseadas na Proposta Curricular do Estado de São Paulo e convergentes com os conhecimentos ensinados-aprendidos para a rede, que deu origem ao material pedagógico padronizado para a rede estadual de ensino. As Matrizes de Referência concebem um recorte

representativo das estruturas de cada área de conhecimento, as quais são traduzidas em habilidades operacionais, consideradas importantes para o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem e que podem ser aferidas em prova escrita (SÃO PAULO, 2010).

Ainda em 2008, foi lançado o Programa de Qualidade da Escola (PQE), criado para aprimorar as questões da qualidade e equidade do sistema de ensino estadual paulista, observando o direito de todos os alunos aprenderem com qualidade (SÃO PAULO, 2012). Com o PQE, surgiu também o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), um indicador de avaliação de qualidade utilizado para ponderar a condição das escolas estaduais em cada ciclo escolar e colaborar para a definição de metas anuais para o aprimoramento da qualidade da educação no Estado de São Paulo. O IDESP é um indicador semelhante ao IDEB, que permite estabelecer um diagnóstico de resultados sintéticos, estabelecimento de metas e comunicação com o enfoque pedagógico, aproveitado também para o pagamento do bônus ao professorado paulista, dependendo também da assiduidade do docente (SÃO PAULO, 2012).

A política de bônus recebeu nova regulamentação em 2008, aperfeiçoando ainda mais o mecanismo da responsabilização relacionada aos professores, por intermédio da Lei complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008 (SÃO PAULO, 2008). O valor pago anualmente aos professores faz parte de uma política de remuneração por resultados e cumprimento de metas e está vinculado ao desempenho e ao mérito, diferentemente dos formatos de bônus anteriores, que se baseavam mais na assiduidade do professor.

Tanto o PQE quanto a criação do IDESP são grandes balizas de refinamento em torno do SARESP, e suas relações e aplicações no setor educacional reforçaram a preocupação com a questão da qualidade, equidade, fluxo e proficiência no contexto da educação paulista.

O SARESP 2009 avaliou, mediante provas de Língua Portuguesa (leitura e redação), Matemática e Ciências Humanas (Geografia e História), as 2$^{as.}$, 4$^{as.}$, 6$^{as.}$ e 8$^{as.}$ séries do Ensino Fundamental e as 3$^{as.}$ séries do Ensino Médio.

Em 2009, foi a primeira vez que o Governo do Estado custeou a aplicação da prova para alunos da rede municipal de cidades que fizeram adesão ao SARESP. Cerca de 40 mil alunos que possuíam algum tipo de deficiência também foram contemplados e

participaram da prova (Portal FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Em abril de 2009, Maria Helena Guimarães de Castro solicitou desligamento do comando da Secretaria de Educação, e em seu lugar assumiu o ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza.

O SARESP em 2010 realizou sua décima terceira edição, com sua estrutura atendendo ao que propõe uma avaliação externa, ou seja, possibilitando o fornecimento de informações comparáveis acerca da escolaridade básica do Estado de São Paulo, bem como monitorando as políticas voltadas para a educação, além do fornecimento de material para orientação da gestão escolar. As séries avaliadas foram: 2$^{as.}$, 4 $^{as.}$, 6 $^{as.}$ e 8 $^{as.}$ séries do Ensino Fundamental e as 3$^{as.}$ séries do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Ciências da Natureza, com acompanhamento de fiscais externos à escola. Houve aplicação dos questionários aos pais e alunos antes da realização da prova. Os pais foram convidados para acompanhar a aplicação da prova, como forma de aproximação da escola e do processo avaliativo.

Em 2010, o governador José Serra deixou o governo de São Paulo para concorrer ao cargo de presidente do Brasil. Alberto Goldman assumiu como governador e atuou até o fim desse ano, quando Geraldo Alckmin venceu as eleições para governador, mandato referente ao período de 2011 a 2014. Como secretário de educação, em janeiro de 2011, assumiu o então reitor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), o professor e engenheiro Herman Jacobus Cornelis Voorwald.

O secretário de educação Herman, em entrevista para a revista Educação, em maio de 2011, sinalizou correções de rumos de algumas das políticas implementadas acerca do SARESP por seus antecessores, principalmente Paulo Renato de Souza e Maria Helena Guimarães de Castro. As políticas citadas e alvos de possíveis correções, bem como colocadas em desacordo, segundo o secretário, foram aquelas relacionadas à bonificação por resultados e exame dos professores (BARROS, 2011).

Essa intenção foi comunicada expressamente em novembro de 2011, por meio de documento destinado aos professores, diretores de escola, supervisores e dirigentes de ensino e divulgado pelas diretorias de ensino. No entanto, contrariamente à intenção de correção de rumos, os desígnios do secretario de educação foram mais na direção de aprimoramento, manutenção e confirmação das referidas políticas já existentes, do que de transformação mais radical das mesmas (SÃO PAULO, 2011), mantendo a tendência

de estabilidade, iniciada em 2008.

O SARESP 2011, seguindo o contexto de estabilidade aqui destacado, avaliou mais de 2,3 milhões de alunos da educação básica do estado de São Paulo. As provas aferiram competências e habilidades básicas de Português e Matemática dos alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual, bem como de alunos de escolas técnicas do Centro Paula Souza, municipais e particulares, por meio de adesão. Também foram aferidos conhecimentos de História e Geografia dos alunos de 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio (SÃO PAULO, 2011a).

Outra medida importante no ano de 2011, na direção de valorização de resultados em torno do SARESP, e a partir deles estabelecimento de premiações, para além da bonificação de professores, foi a iniciativa de premiar alunos com melhores desempenhos do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual com cerca de 12 mil *notebooks*. A medida inédita visou incentivar maior participação no exame. (SÃO PAULO, 2011a)

OBSERVAÇÕES FINAIS

O SARESP, desde sua implantação em 1996, é uma política de avaliação em importante processo de evolução estrutural, alicerçada em princípios e desdobramentos da Reforma do Estado, ações marcantes da política educacional brasileira e que ocorreram, principalmente a partir da década de noventa.

No percurso do SARESP, defendemos três grandes momentos com peculiaridades distintas, o primeiro grande momento (1996-2002) se define pela importante construção da identidade do SARESP, a partir de seu caráter original de política avaliativa para o período, em complemento às políticas educacionais paulistas na década de noventa. Nesse sentido, gerou grande impacto, ocasionando desencontros de gestão, avanços em termos de cultura avaliativa e resistências de várias ordens por parte de muitos públicos envolvidos no contexto escolar. Tudo isso num ambiente do pioneirismo e amplo desenvolvimento da avaliação em larga escala no Brasil, liderado pelo Saeb.

O segundo grande momento (2003 a 2007) se caracterizou pelas muitas trocas no comando da Secretaria de Educação e Governo do Estado. Passaram por esse período

três secretários e três governadores, o que propiciou um cenário de instabilidade, com problemas de diferentes ordens, entre eles a não realização do SARESP em 2006. Nesse contexto, estabeleceu-se uma urgência de reconfiguração do SARESP, ocorrida exatamente no ano de 2007, com importantes mudanças teóricas e metodológicas, entre elas: adequação para convergência das habilidades e competências avaliadas no SARESP às competências e habilidades do Saeb/Prova Brasil; adoção de padrões do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o que possibilitou comparação do sistema de São Paulo com outros países.

A partir de 2008, no contexto de hiperpragmatismo gerencial, identificado principalmente na gestão Serra (2007-2010) e mantido pela atual gestão de Geraldo Alckmin, o SARESP passou a contemplar todas as áreas curriculares em sua avaliação, criou Matrizes de Referência próprias de avaliação, lançou o Programa de Qualidade da Escola (PQE), bem como o IDESP, para atuar nas questões da equidade e qualidade da educação paulista, hipervalorizando as premiações de alunos, bonificações para escolas, classificações e ranqueamento.

REFERÊNCIAS:

BAUER, A. **Uso dos Resultados do SARESP: O Papel da Avaliação nas Políticas de Formação Docente.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BARROS, R. **Correção de Rumos. Revista Educação – vol. 169, mai, 201**1. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/169/correcao-de-rumo-234937-1.asp>. **A**cesso em: 13 mai. 2012.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três **gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da / na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, p.0-0,14 fev.,2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012005000006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 17 mai, 2012.

CHISTE, M. C. **SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: Repercussão do resultado positivo em duas escolas no ano de 2007.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

ESPOSITO, Y.; DAVIS, C.; NUNES, M. **Sistema de avaliação do rendimento escolar: o modelo adotado pelo estado de São Paulo.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 13, p. 23-53, jan./fev./mar./abr. 2000.

MALDONADO, R. G. **SARESP E DIVERSIDADE TEXTUAL: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DO LEITOR.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

NOVAES, L. C. **Os impactos da política educacional paulista na prática docente e na organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais paulistas na perspectiva dos professores.** Jornal de Políticas Educacionais. N° 5, p. 13–26,Janeiro–junho de 2009.

OLIVEIRA, D. A. F. de. **Uma avaliação política do SARESP.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PORTAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Cerca de 2,5 milhões de alunos fazem prova do Saresp nesta terça.** Folha .com, 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u653489.shtml>. **A**cesso em: 04 dez. 2011.

RAHAL, S. **Políticas Públicas de Educação: O Saresp no Cotidiano Escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

RIBEIRO, D. da S. **Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): A educação a serviço do capitalismo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disponível em:** <http://rizomas.net/politicas-publicas-de-educacao/164-lei-do-bonus-para-professores-em-sao-paulo-texto-completo-da-lei-complementar-107808.html>**.** Acesso em: 31 mar. 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Termina hoje prova do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.** 30 de novembro, 2011a. Disponível em: < http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/termina-hoje-a-prova-do-sistema-de-avaliacao-de-rendimento-escolar-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 16 mai. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **O Programa de Qualidade da Escola (PQE).** Nota Técnica**.** Março, 2012. Disponível em: < http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota_tecnica_2011.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Matrizes de referência para a avaliação Saresp:** documento básico/Secretaria da Educação. Coordenação geral, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2009.

SÃO PAULO. (Estado)**.** Secretaria da Educação. **Relatório Pedagógico Saresp:** Língua Portuguesa/Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE, 2010.

SÃO PAULO (Estado). **Comunicado: Idesp e da Bonificação por Resultados.** 2011. Diretoria de Ensino Região-Mauá. Disponível em: <http://demaua.edunet.sp.gov.br/informacoes/comunicado_idesp_bonus.htm>. Acesso em: 11 mai. 2012.

URBANIN, Carina. **Estado de São Paulo inclui ciências no Saresp.** Portal O Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <**http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,estado-de-sao-paulo-inclui-ciencias-no-saresp,194499,0.htm**>. Acesso em: 31 mar. 2011.